

A DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS ATRAVÉS DA ISAD (G) E AACR2: APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS¹

ANA CRISTINA DE ALBUQUERQUE*
EDUARDO ISMAEL MURGUIA**

RESUMO

A presente pesquisa aborda o documento fotográfico no âmbito de sua descrição em arquivos e bibliotecas. Tem o objetivo de colocar lado a lado as normas AACR2, utilizadas para a descrição bibliográfica em bibliotecas e a norma ISAD (G) que, por sua vez, é o conjunto de regras para que seja obtida a descrição arquivística. Uma análise panorâmica das regras expostas é feita a partir dos modos de representação de cada uma: para a biblioteconomia, sua ficha que materializa o ato da descrição e disponibiliza o item no acervo, tanto *online* como manual, e, para a arquivologia, seus instrumentos de pesquisa que, da mesma forma, oferecem aos usuários um quadro não só do material como de todo o contexto de seu acervo. Sob a luz dos princípios arquivísticos e da teoria do tratamento biblioteconômico, reflete-se sobre a descrição de forma geral e nesta quando aplicada a um documento que carrega particularidades e é alvo de debates que repercutem na sua disponibilização para os usuários e em seu estudo de forma geral.

PALAVRAS-CHAVE: documento fotográfico; descrição bibliográfica; descrição arquivística; normalização

1 SOBRE O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO

Os suportes usados pelo homem ao longo do tempo nos mostram vestígios e imagens contendo informações que conseqüentemente

¹ Este artigo é resultado da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista – UNESP, intitulada *Catálogo e descrição de documentos fotográficos: uma aproximação comparativa entre as normas AACR2 e ISAD(G)*.

* Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Professora do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, lotada na Coordenação de Biblioteconomia.

** Bacharelado em História pela Pontifícia Universidad Católica del Peru; Post Graduate Diploma in Information Work at the Leeds Polytechnic; mestrado em Biblioteconomia pela PUC-Campinas; doutorado em Educação pela Unicamp.

documentam alguma ação ou algum saber. Para que esses “saberes” documentados sejam utilizados para a produção de novos conhecimentos, os pesquisadores têm como base procedimentos metodológicos que fazem com que novos paradigmas surjam ou que sejam modificados.

No entendimento do que é um documento aconteceram mudanças, dando espaço para novos tipos de fontes e de suportes documentais. Observamos que com o passar do tempo foram atribuídas diferentes características e elementos às formas de percebê-lo, ampliando ou restringindo o seu conceito, ou seja, a dinâmica dos acontecimentos sociais influenciou no entender do que seja um documento (NASCIMENTO, 2002, p. 21). Essas atribuições foram camadas de significações e conceitos concretizados em diferentes espaços, aos quais a sociedade atribuiu funções.

Neste sentido, à fotografia é inferido o valor de documento, que será tratado e armazenado dentro de uma unidade de informação. Pensamos que a finalidade que lhe é dada dentro da biblioteca ou do arquivo, ou seja, sua função na instituição, é que determinará como será sua utilização pelo usuário.

O documento fotográfico é a representação de uma época e reflexo do desenvolvimento da sociedade e de estudos que vão mostrar acontecimentos que podem apenas ser ouvidos ou lidos. A fotografia como documento está presente em nossas ações e é importante peça para complementar e reconhecer o escrito.

Dentro de uma perspectiva totalmente objetiva, o documento fotográfico é identificado no momento em que é visto, e proporciona a sensação de que o compreendemos totalmente com um rápido olhar. Seu referencial, a imagem real, está inteiramente indicado e não é necessário um intermediário para compreendê-lo.

Contudo, existe a interpretação que se torna latente e, por vezes de forma quase imperceptível pode-se ver o que está de acordo com a experiência de cada um: “quando olhamos uma fotografia, não é ela que vemos, mas sim outras que se desencadeiam na memória, despertadas por aquela que se tem diante dos olhos” (LEITE, 2001, p. 145). Assim, se estabelece um duplo conceito do que o documento fotográfico pode mostrar e principalmente informar ao pesquisador e a quem está trabalhando com ele para disponibilizá-lo. Sontag (1981, p. 220) explicita de um modo bem particular essa tensão que se desloca ora ao objeto como referencial, ora à interpretação que se faz de forma subjetiva: “A fotografia, na verdade incapaz de explicar o que quer que seja, é um convite inexaurível à dedução, à especulação e à fantasia”.

De acordo com Smit (1987, p. 102), “A descrição de uma imagem

nunca é completa”, pois quem trabalha com fotografias sempre irá se deparar com a conotação, sua interpretação e herança cultural, que influem em muito na descrição de um documento. No entanto, o profissional envolvido na tarefa de tratar o documento fotográfico tem de ser muito objetivo para que suas informações não sejam desperdiçadas.

O bibliotecário acostumado a analisar documentos escritos tende, invariavelmente, a analisar fotografias através de termos abstratos preponderantemente, esquecendo que a imagem dificilmente significa, de forma unívoca, um termo abstrato. Se, em documentação escrita, a utilização de termos abstratos geralmente significa uma medida de economia geral (um termo abstrato “resume” vários concretos), a imagem nos leva a uma realidade diametralmente oposta: o termo abstrato limita o significado de uma imagem, fixando uma leitura em detrimento de inúmeras outras (SMIT, 1987, p. 106).

Ou seja, na conversão do documento fotográfico de imagem para palavras há o que Smit (1987) chama de “transcodificação”, a passagem de uma linguagem para outra. A linguagem verbal é muito mais abstrata do que a imagem em si, pois fala da imagem ou fala a imagem, verbalizando-a e induzindo o consulente a pensar a imagem conforme sua legenda. Ao pensarmos na imagem de forma verbal damos início ao tratamento desta para que tenha um sentido, para que seja traduzida, mas, esse tratamento pode não ser passível de revelar de forma completa sua visualidade. A palavra em si não consegue manter o visível e sim o imaginável do documento fotográfico. Contudo, não se consegue pensar uma imagem sem verbalizá-la e isso é o que sustenta sua representatividade e referencialidade.

Muito foi acrescido e mudado desde os primórdios da fotografia até agora, mas os fatos que marcaram seu desenvolvimento fizeram com que no presente entendêssemos como a busca pelo momento perdido, no sentido afetivo ou histórico, são algumas das questões que permeiam a fotografia, pois, sendo um documento com variadas facetas, pode ser que lhe sejam atribuídos outros tantos “usos e funções” (FABRIS, 1991). A imagem fotográfica informa e comunica como qualquer outro documento, mas tem de ser contextualizada e utilizada com um objetivo para que possa oferecer o máximo de suas informações. O documento fotográfico, através do processo de descrição, torna-se visível de forma verbal, diferente da visibilidade em sua forma original, e é essa troca de linguagem representada nos instrumentos de pesquisa de cada área, arquivologia e biblioteconomia, que tentamos entender no presente trabalho: como as normas vigentes em bibliotecas e arquivos podem englobar objetos tão singulares como

as fotografias. Ela se diferencia das demais representações gráficas e pictóricas por uma série de fatores e, para o que nos interessa, a descrição é extremamente importante aos pesquisadores e profissionais que lidam com o documento fotográfico, pois vai resultar em sua recuperação eficiente ou não e dar margem à relação com a cultura, o social, o histórico e com a formação pessoal de quem trabalha com esses documentos. Enfim, além de precisar de um tratamento técnico e objetivo nessas instituições o documento fotográfico também dá vazão ao humano que por trás de seu tratamento está.

2 A DESCRIÇÃO EM BIBLIOTECAS E ARQUIVOS: ELEMENTOS PARA UMA POSSÍVEL COMPARAÇÃO.

Descrever algo é possibilitar que o espectador visualize um “cenário” onde se desenvolveu ou se desenvolve uma cena. A finalidade de uma descrição pode ser tanto ficcional como científica. Descrever é representar verbalmente ou de forma escrita um objeto e indicar seus aspectos mais característicos, fazendo com que sobressaiam os pormenores que vão torná-lo individual e único e dando um lugar a esse objeto, no mundo das obras científicas.

Em nossa discussão, entendemos que descrever um documento fotográfico é resultado de um trabalho ao mesmo tempo difícil e fascinante para o profissional. Uma fotografia se mostra por inteiro, o profissional que a está descrevendo vai montando essa foto de forma verbal, mostrando seus detalhes um a um, combinando todos até que se tenha uma imagem única formada por motivos.

Encontrar um documento com sucesso requer que as informações do mesmo estejam dispostas de forma clara e exata, e desta forma é necessário haver um método de recuperação de informações eficiente para que os profissionais da área, no caso, os bibliotecários, façam de uma forma normalizada com que o documento seja localizado. Para isso, uma das ferramentas utilizadas para a recuperação de informações em um documento de modo uniforme nas bibliotecas é o AACR2 (Anglo American Cataloguing Rules – 2nd edition), onde os profissionais encontram uma série de regras especificamente para descrever documentos e assim multidimensionalizar suas formas de acesso. Para a arquivologia, a ISAD(G) é uma das ferramentas utilizadas para descrever os documentos de arquivo.

O AACR2 contém as diretrizes de uma análise formal para que o profissional possa efetuar a descrição de qualquer documento em qualquer suporte. Quando tratamos especificamente de bibliotecas, os produtos finais que resultam na representação dos documentos são a

ficha catalográfica e os catálogos.

Seguindo autores como Lehnus (1975), Mey (1995; 2003) e Dias (1967), é possível compreender os dados contidos numa ficha catalográfica que, mesmo com seu formato sucinto, consegue, dentro de uma biblioteca, ser o instrumento que recupera a informação e auxilia não só os usuários como também os bibliotecários no controle de suas atividades. É uma fase extremamente importante da descrição bibliográfica, pois é a que vai entrar em contato direto com o usuário antes da obra.

A catalogação deve cumprir suas funções com as seguintes características: “integridade, clareza, precisão, lógica e consistência” (MEY, 1995, p. 7). Essas características, para serem executadas com eficiência, dependem do profissional responsável por realizar um serviço em que não omita nenhum detalhe que venha a prejudicar a recuperação do item documental pelo usuário.

Os documentos iconográficos no AACR2 estão na denominação de materiais não livros, audiovisuais, ou especiais. Estes documentos – ainda novos – têm tantas possibilidades de informar o usuário quanto os materiais tradicionais.

Para a arquivologia, são os instrumentos de pesquisa que, segundo Bellotto (2004), podem ir dos mais abrangentes como guias, quadros de fundos, relações, etc., aos mais específicos como os inventários, catálogos, índices, catálogos seletivos e edição de fontes.

A descrição, dentro da literatura arquivística, tem abordagens ligadas principalmente à elaboração desses instrumentos de pesquisa, sendo que o termo propriamente dito é pouco especificado. Segundo Hagen (1998, p. 293),

O termo descrição, ao longo dos últimos anos, adquiriu nova acepção dentro da arquivística. Nos livros mais antigos, como o Manual da Associação dos Arquivistas Holandeses, o capítulo dedicado à descrição aborda os procedimentos a serem seguidos para a elaboração dos diversos instrumentos de pesquisa, sem chegar a definir claramente o que seja o **processo de descrição**.

Hagen (1998) ainda dá alguns exemplos de textos que tentam dar uma definição ao termo descrição, como o da SAA (Society of American Archivists), que cita duas definições em períodos diferentes. Segundo a SAA, apud Hagen (1998, p. 294),

1974: O processo de estabelecer controle intelectual sobre o patrimônio documental mediante preparação de instrumentos de pesquisa;

1988: Descrição arquivística é o processo de obter, ordenar, analisar e

organizar qualquer informação que sirva para identificar, administrar, localizar e interpretar o patrimônio documental de instituições arquivísticas e explicar os contextos e sistemas de registro dos quais estes documentos foram selecionados.

A diferença entre essas duas definições do processo de descrição arquivística é que a primeira prima pela descrição mais técnica, centrando-se na produção de catálogos, inventários, enfim, seguindo uma linha mais tradicional quanto ao tratamento arquivístico. A segunda se aprofunda mais no documento e em seu conteúdo, o que dá ao arquivista a oportunidade de exercer de forma ampla as atividades que compõem a descrição, com mais possibilidades de busca e conhecimento do acervo ao pesquisador.

Devido às possibilidades apresentadas pelas novas tecnologias, como o trabalho em rede que interliga centros de pesquisa, acervos e instituições e a uniformização da elaboração de instrumentos de pesquisa, a busca por uma padronização de procedimentos descritivos por parte dos arquivos tem tido discussões que levantam pontos importantes para a definição coletiva de políticas de descrição documental. Segundo Silva (2003, p. 187),

Se, no domínio das bibliotecas, a normalização se impôs como uma necessidade já desde os finais do século passado, tendo seguido, em vários países, regras e princípios de catalogação, no domínio dos arquivos esta vertente tardou muito mais a desenvolver-se. Contudo, é a introdução de meios informáticos no trabalho dos arquivistas que vem “impor” maior disciplina na forma de apresentar os dados descritivos, condição essencial para se conseguirem realizar pesquisas com sucesso.

A ISAD(G) é o resultado dos esforços coletivos para padronizar terminologias e procedimentos de tratamento dos documentos de arquivo. O tratamento descritivo uniforme para os documentos se aproxima da biblioteconomia no sentido de procurar uma padronização do processo de descrição, o que também envolve regras e termos específicos.

Quando preparamos um documento a fim de executar a atividade de descrição, estamos incluindo esse documento em uma série de normas e regras para que sejam criadas as condições necessárias à sua recuperação. Os profissionais que utilizam a ISAD(G) e o AACR2 têm de lidar com uma diferença básica, que dá início a todo tratamento: o tipo de documento com que trabalham. O documento de arquivo é aquele que vem de uma instituição ou arquivo pessoal específico, que

serviu em sua vida útil para justificar, provar ou lembrar algo. Uma vez no arquivo, além dessas funções, o documento passa a ser fonte de pesquisas históricas ou legais, respeitando o princípio de proveniência. Numa biblioteca, documentos são recolhidos por doação, compra ou permuta, e seu valor é próximo ao do documento arquivístico, com exceção do valor probatório, além de serem documentos reproduzíveis e não únicos.

Os estudos acerca das diferenças entre arquivos e bibliotecas ainda são bem centrados no acervo de cada uma das instituições, pois, como bem exemplifica Smit (2000), temos o vício de fundamentar as diferenças existentes apenas na idéia de que a biblioteca coleciona livros e o arquivo guarda documentos probatórios. Dessa forma, caímos no risco de simplificar o mais importante: a informação que está sendo tratada e, no nosso caso, além do suporte e formato do documento fotográfico, as informações que têm de ser cuidadosamente analisadas para serem descritas.

Quando passamos aos documentos fotográficos, as diferenças entre conceitos como fundos (arquivo) e coleção (biblioteca) ficam sem fundamento no que diz respeito ao posterior ordenamento das fotografias, pois estão nas duas instituições, cumprindo a mesma função (SMIT, 1998), ou seja, a informação contida nesses documentos resulta como preocupação para os profissionais.

Nesse sentido, a evolução tecnológica trouxe também a possibilidade de transpor os dados que fazem parte da catalogação bibliográfica e da descrição arquivística para um formato que, baseado em tais códigos, fornece a recuperação das informações em meio eletrônico, tornando assim os serviços mais rápidos e compartilháveis com outras instituições. Usando formatos como o MARC21, é possível definir uma planilha com as regras desejadas e passar as informações para meio eletrônico. Aliás, a busca pela padronização das normas utilizadas na descrição encontra bases nas tecnologias de intercâmbio e acesso à distância para pesquisadores e usuários em geral. Portanto, uma ficha catalográfica ou um instrumento de pesquisa podem estar no modo impresso ou *online*, assim permitindo seu acesso e uso em diferentes ambientes informacionais. A versatilidade do formato é rica em permitir adaptações de qualquer área.

Na arquivologia, o processo de elaboração de um código no qual um padrão fosse seguido mundialmente foi mais tardio do que na biblioteconomia. Conforme Heredia Herrera (1991, p. 6), nas décadas de 1980/90, um grupo foi convocado para discutir a situação dos arquivos e dessa reunião uma das resoluções publicadas foi: “la necesidad de acciones archivísticas conjuntas que buscasen la

cooperación rompiendo el aislamiento tradicional de los archivos frente a la sociedad y el taifismo de archivos y de archiveros”.

O mesmo autor (1991, p. 75) aponta um motivo para que as normas na Arquivologia tenham demorado a ser estipuladas:

Desde muy pronto Bibliotecários y Documentalistas han estado incorporados a la normalización. Los archiveros, en cambio, hemos justificado nuestra falta de normas generalizadas por la ausencia de una clasificación única de fondos, por la disparidad de tipología documental y por la diversidad de procedimientos administrativos.

Numa direção contrária, temos a observação de Michel Duchein, apud Hagen (1998, p. 297), sobre a importância do uso das novas tecnologias e o estímulo causado por este fato em normalizar sua atividade de descrição própria e unicamente para a arquivística:

O risco, indo-se muito longe nesta direção, será de ver a “descrição” arquivística alinhar-se simplesmente aos conceitos da biblioteconomia ou da documentação, em detrimento dos princípios de base arquivística.

O problema aqui para o autor não é a questão da normalização e sim que esta siga simplesmente regras muito parecidas com as das outras áreas sem que se pense nos conceitos da Arquivologia. Hagen sugere que os elementos arquivísticos estejam claramente definidos para realmente podermos diferenciar a arquivologia da biblioteconomia. Isso implica um retorno aos princípios da teoria da informação e da arquivística, delimitando o que é importante para o usuário e para os objetivos da instituição, pois, segundo Hagen (1998, p. 297),

Desta forma, a arquivística não se confundiria com as demais ciências da informação mesmo que haja uma aparente semelhança em algumas questões, como no caso da padronização da descrição para fins de participação em bancos de dados bibliográficos. O enfoque da arquivística sempre é a informação registrada no conjunto dos documentos, nunca perdendo de vista o princípio fundamental do respeito à proveniência, ou seja, a importância de deixar evidente o contexto em que os documentos foram produzidos ou recebidos.

Ou seja, com a informatização dos acervos e por uma série de outros motivos como maior facilidade e rapidez no trabalho, a normalização é extremamente necessária para uma área que trabalha com a informação. Heredia Herrera (1991, p. 74) afirma que “Las ventajas de la normalización en cualquier campo son evidentes y van desde la normalización de una tuerca a las reglas de catalogación en

uma biblioteca”, mas deve-se pensar nos objetivos de cada área; como diz Hagen (1998), o princípio de proveniência é a base para a organização e função de um arquivo.

O desenvolvimento das atividades de descrição arquivística e bibliográfica segue uma ordenação que relaciona as normas e o documento descrito com o acervo. Na biblioteconomia, há uma série de passos que vão torná-lo acessível e

en cierto modo concatenados, que son imprescindibles para la puesta a punto de los sistemas documentales creándose así un proceso de circulación de la información que tiende a establecer un vínculo entre los documentos y los usuarios y cumpliendo de este modo el fin último que cualquier documento se propone: el de su difusión (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 91).

Na Biblioteconomia, esse processo foi normalizado na elaboração do AACR2 e se efetivou com a ISBD, que tem a função de sistematizar a ordem em que as informações vão aparecer na descrição, uniformizando também a pontuação utilizada durante a disposição das informações na ficha catalográfica. Essa disposição foi definida para facilitar a pesquisa do usuário, provendo os dados imediatos de sua busca.

Na arquivologia, os passos são dados através da descrição multinível, ou seja, por níveis que seguem uma hierarquia a partir dos fundos de um arquivo, do geral para o particular, estabelecendo uma ligação entre todos os documentos. Essa ordem tem origem na própria organização do arquivo e no seu arranjo. De acordo com Bellotto (2004, p. 140), que cita a Sociedade dos Arquivistas Americanos, o arranjo

é o processo e o resultado da organização de arquivos, documentos e manuscritos de acordo com princípios arquivísticos consagrados, particularmente o de proveniência, respeitando-se os seguintes níveis: arquivo, fundo, grupo ou seção, série, conjunto lógico dentro da série e documento.

Portanto, o nível de arranjo no arquivo é determinado pela proveniência, isto é, o grau de análise na descrição depende de fatos extrínsecos ao fundo. Em outras palavras, o maior ou menor grau de descrição obedece à decisão do arquivista, que se baseia no grau de necessidade de seu usuário potencial. De acordo com Bellotto (2004, p. 141), “os níveis foram justamente a base metodológica das normas de descrição da ISAD (G)”. Com isso, se aproxima da Biblioteconomia, onde o nível de descrição da ficha catalográfica obedece ao mesmo critério.

Abaixo, um quadro baseado em Heredia Herrera (1991) com os níveis a partir dos instrumentos de pesquisa.

QUADRO 1 – Níveis de descrição arquivística

| Nível | Agrupamentos documentais | Instrumentos de pesquisa |
|----------|---------------------------------------|--------------------------|
| I | Arquivo Fundo Grupo Subgrupo | Guia |
| II | Séries documentais | Inventários |
| III | Peças documentais | Catálogos |
| Auxiliar | | Índices |

Podemos perceber pelo quadro acima os níveis, cada instrumento correspondente e os grupos de documentos que poderão ser trabalhados respectivamente. Para que a descrição arquivística seja feita, é necessário definir as agrupações documentais. O elemento que demarcará esses níveis, por exemplo, para a elaboração de um inventário, será o conceito de série documental².

Cabe aqui também considerar que, enquanto na Biblioteconomia o grau de descrição depende basicamente do que será oferecido ao usuário, já que quase todo documento bibliográfico possui as mesmas informações (quando falta alguma informação as regras prevêm notas para suprir essa falta), na arquivologia o grau de descrição depende também do tipo documental presente na série.

Na Biblioteconomia, a ficha catalográfica, que é única, impressa ou *online*, contemplará toda a análise feita pelo profissional. Nela, os pontos mais importantes estão presentes, pois são os dados referentes ao autor, ao conteúdo e à edição e impressão. Na própria ficha catalográfica estão sintetizados os três níveis de descrição.

² De acordo com Heredia Herrera (1991) e Bellotto (2004), as séries documentais são o testemunho documental de atividades repetitivas desenvolvidas por um órgão ou em virtude de uma função, ou seja, a repetitividade de atividades que são provadas por esses documentos ou a repetitividade de processo burocrático, correspondem a uma mesma tipologia documental, oferecendo uma informação seriada. Exemplos de séries são: "Registros de navios; Licenças e informes de passageiros, etc."

Para Mey (1995), os três níveis do AACR2 teriam um pequeno problema de padronização por serem definidos na ISBD, e essa questão as próprias bibliotecas deveriam definir individualmente. As observações de Mey (1995, p. 134) são as seguintes:

A AACR2, de forma arbitrária e desprovida de lógica, criou três níveis de descrição. Não é o que diz a primeira ISBD (e também as posteriores): cada biblioteca, exceto as nacionais, pode determinar os elementos que lhe são necessários; na utilização de algum elemento, deve transcrevê-lo na forma e posição preconizadas, com a pontuação indicada. Assim, não há três níveis, dependendo de cada biblioteca. No entanto, a descrição bibliográfica, quando independente dos acessos – como deve ser de fato – precisa individualizar cada um dos itens, tornando-o único entre os demais. Ora, quais os elementos indispensáveis à individualização do item?

Mey (1995) nos oferece a dúvida e a resposta. Como tratar com os níveis do AACR2, se temos de tornar o documento único? Para isso ela sugere uma longa pesquisa em um catálogo importante, para verificar como a descrição deve ser completa tanto para a individualização como para o auxílio do usuário. E sugere uma pesquisa com o público-alvo para levantar os aspectos mais relevantes que devem ser levados em consideração no momento de definir qual o nível para descrever os documentos do acervo.

Seguindo por esse ponto podemos observar o primeiro campo de descrição do AACR2, a área de “título e indicação de responsabilidade”. Num documento de biblioteca, o título é fundamental, pois leva o usuário tanto ao título exato, quanto às palavras-chave ou ao assunto. Nos documentos de arquivo, o título é o nome, como explica Heredia Herrera. Para a autora, o título é um termo muito mais bibliográfico do que arquivístico:

Los documentos de archivo o sus agrupaciones no tienen título, sino nombre y este nombre no es arbitrario, como legítimamente puede ser el título de un libro, sino que dicho nombre es trasunto de su procedencia, que es la que marca la identificación de los documentos de archivo.

Quanto ao documento fotográfico, por vezes o título pode aparecer, no entanto há uma série de informações nesse documento que podem concorrer para a titulação: pode-se ter o nome do fundo, do conjunto de fotografias num arquivo; e em uma biblioteca, seu título propriamente dito, o assunto de que tratou ou o lugar da fotografia. Esses elementos é que vão preencher esse determinado campo.

No exemplo abaixo, podemos verificar no catálogo *online* da Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp de Marília-SP, que o título da fotografia é o lugar onde a cena foi fotografada:

| |
|--|
| Título – [Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Campus de Marília, 1994] – [material iconográfico] : acervo de livros. |
| 1 foto : color ; 10 x 15 cm. - |

Exemplo 1: Base de dados Athena, área do título.

Já nos exemplos 2 e 3 da UNICAMP – SP, o título da coleção fotográfica aparece na descrição da unidade documental, e depois, um a um, os documentos vão sendo intitulados no catálogo.

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH

Área de identificação

Código de referência

BR Unicamp IFCH/AEL CA

Título

Carioba



Título da
coleção

Datas

[entre 1900 -1920]

Nível de descrição da Coleção

Dimensão e suporte

52 fotos originais em preto e branco coladas em cartões, reproduzidas em 12 contatos,

10 negativos 35 mm e 3 reproduções de 2ª geração.

Exemplo 2: Descrição da unidade documental

Título: Arado.



Título do documento
fotográfico

Autor: Quaas, Otto Rudolf.

Exemplo 3: Descrição do documento fotográfico

Outro ponto a ressaltar é a “área de contextualização” na ISAD (G). Essa área indica o nome do produtor, história administrativa e/ou bibliográfica, história da custódia, ou seja, elementos que contam a história do documento e de sua época e dão uma visão geral do que o pesquisador terá em mãos. Devido ao caráter mais sucinto do AACR2, essa contextualização não é feita e nem mesmo necessária em alguns casos. Essas observações, no caso de documentos fotográficos ou de outros tipos que têm mais complexidade, poderão ser feitas através de

dados de sua publicação ou origem e na área das notas.

De acordo com Heredia Herrera, as denominações das áreas, em alguns casos da ISAD (G) são ambíguas, como a área de contexto, ou equívocas, como a área de identificação. Na identificação, o objetivo é dar todas as informações possíveis sobre os documentos que estão sendo descritos. A forma de se conhecer um documento de arquivo, segundo a autora, é através de sua origem, que está na área de contextualização, e não através de seu título, que, no caso do documento de arquivo, pode ser arbitrário. Segundo Heredia Herrera (1991, p. 7),

Las denominaciones de las Áreas en algunos casos, como es el caso de “Área de contexto”, son ambiguas y otras equívocas como es el caso del “Área de identidad”, que tendría que ser de “Identificación”, por cuanto teóricamente a través de ella pretende darse la información esencial de aquello que se describe y la esencia de los documentos de archivo no es otra que la vinculación a su origen, que de ninguna manera podrá materializarse a partir de un simple “título”, que, como tal, puede ser hasta arbitrario.

Podemos definir, baseados em Bellotto (2004), Heredia Herrera (1991), Hagen (1998) e Smit (2000), que existem semelhanças entre as duas normas, como:

- seja numa ficha catalográfica, que é a materialização das informações retiradas do documento em uma biblioteca, ou num instrumento de pesquisa arquivístico, elaborado a partir de níveis hierárquicos do próprio arquivo, estes têm o mesmo objetivo, o de divulgar, de ser a ponte entre o acervo e o usuário e de passar informações corretas e eficazes a seus pesquisadores;

- as duas normas trabalham com a informação registrada;

- os elementos físicos ou intelectuais em uma ou outra norma são descritos tentando extrair ao máximo informações exatas e objetivas;

Assim, nesta pesquisa foram apresentados alguns elementos presentes nas duas normas. Com o documento fotográfico, o público-alvo muda, a finalidade do documento dentro da instituição pode não ser a mesma, mas o trabalho com a informação tem de ser cuidadoso e com valores voltados à recuperação dessas informações por seus usuários independente da unidade informacional.

Algumas diferenças seriam:

- os documentos em uma biblioteca são resultados de uma preparação para divulgação e tratados bibliograficamente, ao passo que, em um arquivo, são resultado de uma atividade e de uma ação, são conjuntos de documentos que não podem ser separados e apenas

serem identificados por assunto ou autor, pois têm toda uma contextualização e controle do próprio arquivo que dão sentido à sua existência;

– o documento fotográfico, em uma biblioteca, é uma coleção, em um arquivo, é um fundo ou parte dele, mas, enfatizando mais uma vez, está nas duas instituições com funções por vezes semelhantes, preservar a memória de uma instituição ou personalidade, divulgar, servir à pesquisas, e mostrar um fragmento de fatos passados;

– numa biblioteca, a busca pela informação geralmente é mais específica. Num arquivo, documentos têm uma relação de encadeamento, o trabalho então passa a ser mais amplo não só com os documentos propriamente ditos mas também com fontes relacionadas e correlatas.

Com o intuito de visualizar o que foi dito acima, segue o quadro abaixo:

QUADRO 2 – Visualização das áreas em arquivos e bibliotecas

| | ARQUIVO | BIBLIOTECA |
|-------------------------|------------------------------------|----------------------------------|
| Níveis | Centrado na tipologia documental | Centrado no usuário |
| Autoria | Gênese, origem, unidade produtora. | Responsabilidade individual |
| Título | Do fundo | Da obra |
| Descrição física | Pouca ênfase | Evidente |
| Interpretação | Ênfase no contexto | Ênfase no conteúdo |
| Interfaces | Instrumentos de pesquisa | Ficha, seja manual ou eletrônica |
| Tratamento | Serial | Individual |
| Disponibilidade | Centrada na fonte | Centrada no usuário |

No quadro podemos claramente visualizar algumas características da descrição bibliográfica, feita através do AACR2, e arquivística, onde a ISAD (G) é utilizada. Diferenças que são resultado de tradições de áreas muito próximas, mas que se distinguem, além de outros fatores, pela natureza de documento que cada uma trata. Contudo, a semelhança marcante e necessária é que cada uma trabalha de forma relevante e precisa as informações contidas nos documentos que armazena, para que seus usuários possam recuperá-las e utilizá-las de forma satisfatória.

3 CONSIDERAÇÕES

O documento fotográfico desempenha um importante papel na preservação de atividades cotidianas, políticas, culturais e sociais e nos

faz olhar o presente e o passado de forma que podemos entendê-los sob nossa ótica e sob a ótica de nossa época. Nesse sentido, se aproxima do conceito probatório do documento de arquivo.

As diferenças entre um arquivo e uma biblioteca se acirram quando nos atemos ao suporte que cada uma coleta. No entanto, se nos concentrarmos nas informações que estão incumbidos de guardar, tratar e transmitir, perceberemos que ela, a informação, é o fator essencial para nossas pesquisas e para o atendimento e satisfação dos usuários.

Diante dessas instituições e em cada uma delas está o documento fotográfico, que se faz presente com a similaridade da informação e por uma característica fundamental: seu significado muda com o passar do tempo e de acordo com a função que lhe é dada.

As instituições têm de lidar com esse fato e, para tanto, existem as normas e regras que sistematizam processos, sejam manuais ou *online*, delimitam parâmetros para a realização do que chamamos tratamento documental. Os tratamentos dos documentos se refletem no processo de catalogação e de descrição arquivística.

Os dois códigos em questão, AACR2 e ISAD (G), têm áreas que se aproximam, e pode ser relevante lembrar o contexto em que foram criados, o desenvolvimento tecnológico e a necessidade de padronização das áreas.

Cada instituição, atendendo às suas necessidades, consegue que o documento fotográfico seja descrito com o máximo de detalhes, para conseguir uma recuperação eficiente por parte dos usuários.

Uma diferença encontrada é o fato de a biblioteconomia ser mais sucinta em suas descrições e a arquivologia precisar de mais elementos contextuais. É explicável pelo fato de os documentos de arquivo seguirem as regras de respeito à sua origem e precisarem ser contextualizados e relacionados dentro do acervo.

A respeito das diferenças no acervo e suporte, no caso do documento fotográfico o que fica muito explícito é a função e o uso da informação que será descrita. Essa informação e como ela será utilizada é determinada pelo seu uso dentro da sociedade, pelo armazenamento pela instituição adequada e pela função que esta dará ao documento.

A fotografia é um meio tecnológico de criação e reprodução de imagens. Por ser determinada por essas condições materiais de produção, ela desenvolve, conseqüentemente, sua própria linguagem expressiva, isto é, forma e conteúdo se imbricam de forma inseparável. Por esses motivos, a fotografia, por um lado, apresenta condições únicas que determinarão seu tratamento em unidades de informação. De maneira que, seja em um arquivo ou em uma biblioteca, ela sempre apresentará os mesmos traços constitutivos mas com funções diferentes.

A questão em cerne é que existem antes dela instituições como arquivos e bibliotecas que são milenares, onde as práticas de tratamento foram desenvolvidas e criaram avaliações próprias. Cabe ressaltar que esses fazeres tradicionais materializados, neste caso, em códigos, obedecem a reflexões e teorias de entendimento do que seja um documento para essas instituições.

Essa questão, muitas vezes despercebida, é determinante no tratamento. A fotografia vem de um processo no qual o contexto também é produto categórico. Porém, o documento fotográfico é muito presente nas duas instituições e estas têm de pensar e trabalhar em cima de técnicas para o seu tratamento.

Biblioteconomia e arquivologia são atividades profissionais que, apesar de serem parte da mesma base, a Ciência da Informação, são distintas em funções e em objetivos. Neste trabalho, nossa intenção foi contribuir de forma a referenciar as duas atividades reunidas lado a lado, servindo para os profissionais de cada área conhecerem um pouco mais sobre cada uma. Smit (2000, p. 28) aponta enfaticamente, quando se refere às “Três Marias”, que esta é “uma família na qual cada irmã ignora em boa parte a atuação profissional, os princípios teóricos e as metodologias de trabalho das demais”. Assim, nos propomos realizar uma reflexão sobre os códigos de catalogação e descrição, no sentido de saber o porquê de suas regras e métodos de descrição e, por conseguinte, partimos deste para novos subsídios e contribuições a novas reflexões.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 185p.

BELLOTTO, Heloisa Liberali. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 318p.

DIAS, Antonio Caetano. **Elementos de catalogação**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bibliotecários, 1967. 112p.

DUCHEIN, Michel. O princípio do respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 14-33, abr. 1982-ago. 1986.

ENCICLOPEDIA Universal Ilustrada Europeo-Americana. Madrid: Rios Rosas, 1926. t. 18.

FABRIS, Annateresa (Org.) **Fotografia**: usos e funções no século XIX. São Paulo: EDUSP, 1991. 298p.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, p.

293-299, set.-dez. 1998.

HEREDIA HERRERA, Antonia. La Norma ISAD(G) – análisis crítico. Associação de Arquivistas de São Paulo. Disponível em: <<http://infolac.ucoj.mx/documentos/isad.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2006.

_____. **Arquivística general: teoría y práctica**. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991. 510p.

ISAD(G): norma geral de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Conselho Internacional de Arquivos/Arquivo Nacional, 2001.

LEITE, Miriam L. Moreira. A imagem através das palavras. **Ciência e Cultura**, n. 38, v. 9, p.1483-1495, 1986.

LENHUS, Donald J. **Manual de redação de fichas catalográficas ISBD(m)**. Rio de Janeiro: Brasilart, 1977. 75p.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. 123p.

_____. Considerações (preguiçosas) sobre a prática da catalogação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 19, n. 2, p. 127-136, jul.-dez. 1995.

RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. **Catalogação de recursos bibliográficos pelo AACR2R 2002**. 2. ed. rev. Brasília: Ed. do Autor, 2004.

SMIT, Johanna W. A análise da imagem: um primeiro plano. In: _____ (Coord.). **Análise documentária: a análise da síntese**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1987. p. 101-113.

_____. O profissional da informação e a sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. 156p. (Palavra-chave; 11).

SONTAG, Susan. Na caverna de Platão. In: _____. **Ensaio sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Arbor, 1983. 198p.

Data de envio: 07/09/2010 Data de Aceite: 28/09/2010.